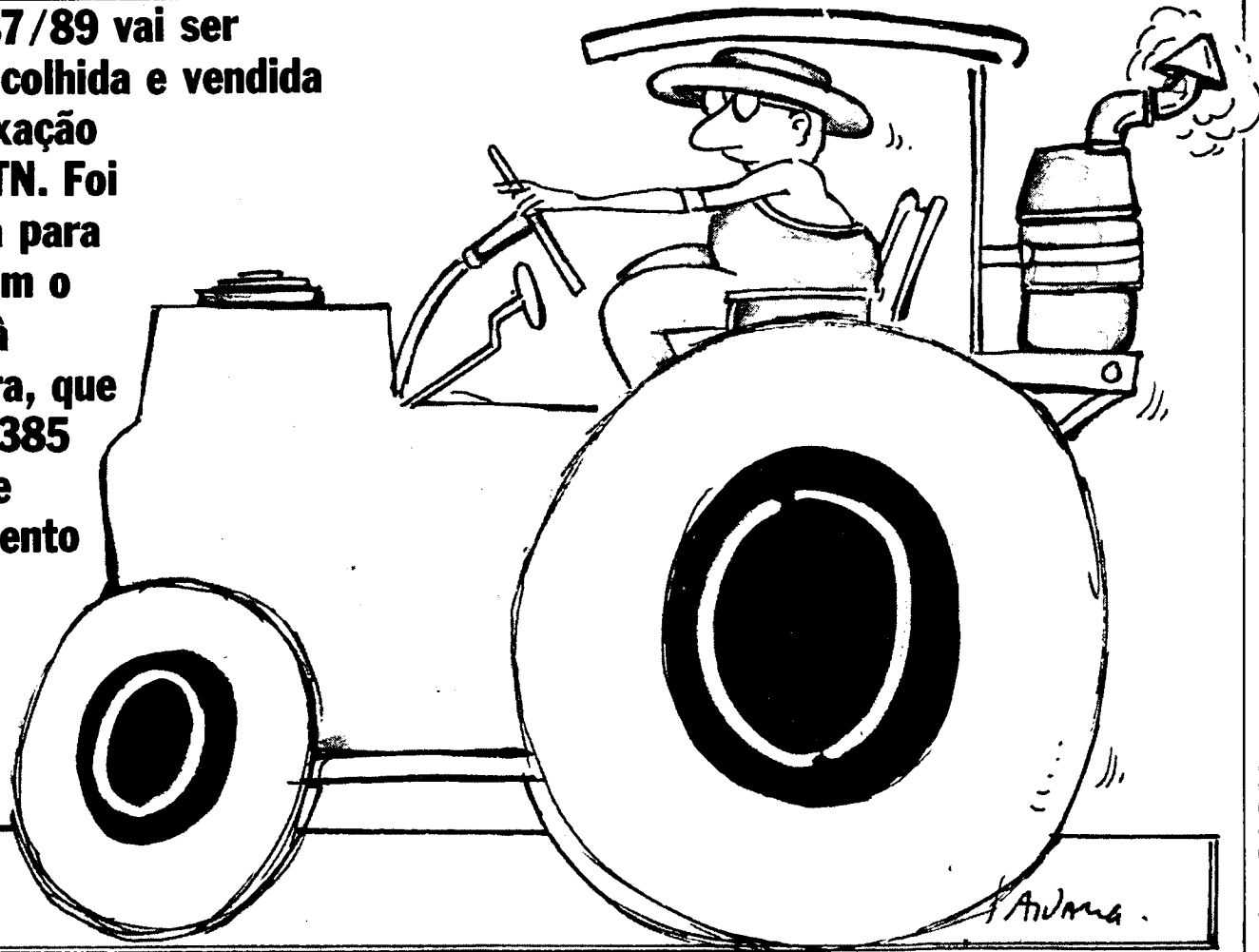


A safra 87/89 vai ser plantada, colhida e vendida com indexação total à OTN. Foi a fórmula para acabar com o subsídio à agricultura, que terá Cz\$ 385 bilhões de financiamento para essa safra.



E NOSSA COMIDA VAI FICAR MAIS CARA

Tudo porque acabou o subsídio ao crédito rural

A maior vítima da retirada do subsídio ao crédito rural será mesmo o consumidor. Numa avaliação preliminar do diretor de Análise Econômica e Planejamento da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Célio Porto, o custo dos alimentos triplicará e, se ele fosse repassado hoje, o impacto inflacionário seria enorme.

Célio Porto explica que esse impacto se deve aos índices diferenciados que o governo vinha usando para reajustar preços agrícolas e a Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Como o Índice de Preços Recebidos (IPR) vinha dando uma taxa de um terço da Letra do Banco Central (LBC), adotar a OTN como padrão significa triplicar custos e preços que serão repassados para os produtos no varejo. O maior impacto, disse, fica com o arroz cujos preços abaixo do mínimo não corrigidos pelo governo, que assim subsidia o consumidor. O segundo é o milho e

depois vêm o feijão e a farinha de mandioca.

Diante deste fato criado pela extinção do subsídio ao crédito, Célio Porto aponta duas saídas para amortecer o impacto sobre o preço no varejo. O consumidor de baixíssima renda terá de ser subsidiado pelo governo com a distribuição de um "cestão" capaz de alimentá-lo. O segundo ponto é a correção do salário mínimo para níveis reais que dêem poder de compra para os assalariados enquadrados nessa faixa. A nível mais amplo, Célio Porto diz que o governo precisa repassar esse custo para o consumidor de forma gradativa, para evitar uma elevação inflacionária em fevereiro e março quando os alimentos da nova safra começam a chegar ao consumidor.

Para o diretor de Análise Econômica da CFP, o governo deve começar a compatibilizar o repasse na fase de flexibilização dos preços a partir de setembro, conforme está

previsto no Novo Cruzado. Se o aumento não for diluído — em setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro —, vai acabar recriando o subsídio, desta vez para o consumidor. O alerta de Célio Porto tem como parâmetro um fato semelhante ocorrido em 1985. Naquele ano, os produtores não foram subsidiados e os preços chegaram altos ao consumidor. Na colheita, a CFP fez a maior compra da sua história e o governo acabou repassando ao varejo os grãos subsidiados.

Segundo Célio Porto, hoje o risco é ainda maior, porque, se o orçamento conservar a rigidez que o governo promete, não haverá dinheiro para bancar o preço mínimo e uma grande colheita talvez se perca por falta de poder de compra. Já para o produtor, diz que não faz diferença a retirada do subsídio, porque a ele importa a rentabilidade — a diferença entre o custo da produção e os preços de venda.